

João Caupers

A entrevista que não foi¹

Destaque: *estaremos assim tão mal que já não possamos ficar pior?*

EE (entrevistador economista) – Senhor Ministro, muito obrigado por nos ter concedido esta entrevista.

MF (Ministro das Finanças) – Tenho o maior gosto. É sempre com gosto que falo de coisas desagradáveis. Mas nunca rio, ao contrário do meu Colega da Economia.

EE – Gostava de lhe colocar algumas questões relacionadas com os tempos difíceis que atravessamos. E começaria por lhe perguntar se, como consta, o Governo se prepara para aprovar uma medida legislativa para forçar os cidadãos a emagrecer.

MF – Estou a ver que não conhece o memorando de entendimento com a *troika*. Está lá tudo: os portugueses têm de emagrecer em média 10 quilos. Não quererá que entremos em incumprimento...

EE – Mas o Senhor Ministro tem consciência de que os cidadãos não sabem disso?

MF – Não sei porquê: o texto está publicado desde Maio. Em português e em inglês.

EE – Mas acha mesmo que a generalidade dos cidadãos o leu?

MF – Se não leu foi porque não quis. Mas deu-me uma ideia: vou pedir ao meu Colega da Educação que inclua o texto nas obras que os alunos do 9.º ano têm de ler. Se isso tornar o programa muito pesado, pode retirar-se qualquer coisa, para compensar. Talvez *Os Lusíadas*. Assim como assim, nós somos uma espécie de comissão liquidatária da Lusitânia (*não se ri – quem se riu foi o Ministro da Economia, que assistia ao programa no café do hipermercado, para estar em contacto com a economia real*).

¹ Não foi **mesmo!** Qualquer semelhança com a que existiu é resultado de casual e inesperada coincidência.

João Caupers

EE – De qualquer modo, é uma medida injusta: já viu que não é o mesmo perder 10 quilos quando se pesam 60 e quando se pesam 100? O sacrifício deste último é muito menor. Poderíamos até falar aqui em utilidade marginal da gordura. Mas os telespectadores lá em casa não nos acompanhariam.

MF – Pensámos nisso. Mas compreenda: não quisemos modificar radicalmente o sistema. Já viu o que seria incluir uma norma especial que elevasse o peso a abater para 30 ou 40 quilos nos casos do José Carlos Malato, do Fernando Mendes e do Manuel Serrão?

EE – Mudemos de assunto. Também consta que o Governo tem em estudo várias medidas destinadas a diminuir a qualidade de vida dos portugueses. É verdade?

MF – Não conhece mesmo o memorando de entendimento com a *troika*! Está lá tudo: como instrumento de redução do défice a qualidade de vida dos portugueses tem de diminuir em média 15% nos próximos dois anos.

EE – E como pensam fazer isso?

MF – Estamos a estudar várias possibilidades.

A primeira que nos ocorreu – veja bem a imaginação do Governo – foi um aumento dos impostos. Afinal, seria apenas o sexto ou sétimo nos últimos dois anos. Mas por causa daquele detalhe programático dos dois terços do lado da despesa e do terço do lado da receita, temos de atacar do lado da despesa: reduzir em 20% as anestésias utilizadas em intervenções cirúrgicas nos hospitais públicos, aumentado um pouco o sofrimento? Acabar com a comparticipação do Estado no preço dos antibióticos? Recolher os Magalhães e vendê-los em segunda mão ao Chávez? Fazer circular os comboios e os autocarros em dias alternados? Vender os cavalos da GNR para poupar na palha? Proibir durante dois anos que se tapem buracos nas ruas e se reguem jardins? Como vê, ideias não faltam. Até pensámos na hipótese de utilizar o serviço público de televisão como instrumento da redução da qualidade de vida dos

João Caupers

portugueses, multiplicando telenovelas, concursos imbecis, e *reality shows*. O problema é que isso custaria dinheiro.

Mas não tenha dúvidas: a qualidade de vida dos portugueses vai mesmo piorar. O Governo está absolutamente empenhado, melhor - antes que me interpretem mal, como é costume –, determinado a isso.

EE – E não teme que algumas medidas não produzam os efeitos desejados?

MF – Essa é sempre uma possibilidade. Veja-se o caso dos antibióticos. Acabando as participações, bem poderia suceder uma de duas coisas: a primeira, seria que os cidadãos se endividassem – ainda mais – para os pagar. Pioraria a qualidade de vida, sim, mas à custa de um factor desfavorável, o aumento do endividamento. Se, ao invés, deixassem de os comprar, quem nos garante que aumentaria a mortalidade?

EE – Senhor Ministro: após estes dois ou três próximos anos de aperto, será possível vislumbrar uma luz ao fundo do túnel?

MF – Temo que não. Por um lado, vamos provavelmente ter de fechar os túneis para poupar na manutenção; por outro lado, como iremos privatizar a electricidade, nunca se sabe. Ah, e como acabaremos com as participações do Estado nos óculos, ainda que a luz lá esteja, muitos portugueses não a verão.

EE – Muito obrigado pela sua esclarecedora entrevista, Senhor Ministro. Despeço-me dos senhores telespectadores até à próxima entrevista, caso não emigrem entretanto.